



ESTADO DE SERGIPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

MOÇÃO DE APLAUSOS Nº/2023

AUTORIA: DEPUTADA LINDA BRASIL AZEVEDO SANTOS

Moção de Aplausos para o
Movimento Nacional de
Direitos Humanos pelos seus
40 anos

Requeiro através do Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe, nos termos do artigo 193 do regimento interno desta casa, que submeta à apreciação do Plenário a presente MOÇÃO DE APLAUSOS, a ser encaminhada ao Movimento Nacional de Direitos Humanos pelo ato celebrativo de seus 40 anos.

JUSTIFICATIVA

O MNDH é um movimento organizado na Sociedade Civil, sem fins lucrativos, fundado em 1982, tendo como motivação principal para o seu surgimento, no cenário brasileiro a reação a violações sistematizadas de direitos básicos para a realização da dignidade humana, tanto de iniciativa pública quanto privada, sustentadas na impunidade.

A origem da luta pelos Direitos Humanos no Brasil remonta aos anos 60, sobretudo a partir da segunda metade da década. Naquele momento havia algumas entidades dedicadas à tarefa de lutar contra a repressão política e a tortura de presos políticos, entre elas mais se destacam: a Igreja Católica e Igrejas Protestantes, por suas alas mais progressistas, através de entidades e grupos com atuação específica; a Associação Brasileira de Imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil.

“Em sentido lato, pode-se afirmar que todas as lutas pela afirmação da dignidade humana e da cidadania e pela superação das





ESTADO DE SERGIPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

injustiças sociais no Brasil, no longo período pré-1964, foram lutas de afirmação dos Direitos Humanos”

O golpe de 1964 não significou, apenas, a interrupção, pela força, de um processo sócio-político de emergência das massas, com vistas à construção de uma hegemonia baseada na ótica das majorias. Representou a implantação de um regime baseado numa ideologia, da “doutrina de segurança nacional”, frontalmente contrária aos princípios da autêntica democracia e dos direitos humanos”.¹

Durante o período de 1975 a 1979, já sob o processo de "abertura política lenta e gradual" do governo Ernesto Geisel, as entidades de Direitos Humanos passaram a tratar, não apenas da defesa da integridade física dos presos políticos, buscando ampliar a luta pelos direitos inerentes a cidadania. Este período é marcado pelas Campanhas pela Anistia Geral Ampla e Irrestrita, contra a Lei de Segurança Nacional, apoio aos movimentos sindicais e às greves do ABC Paulista.

Nessa fase iniciaram-se os contatos entre entidades preocupadas com os direitos humanos, que se articulavam com Igrejas - Católica e Protestantes -, OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, intelectuais, artistas e segmentos do MDB - Movimento Democrático Brasileiro, único partido, oficialmente tolerado, de oposição ao regime ditatorial.

“Um dos principais marcos dessa tomada de posição das Igrejas Cristãs em favor dos direitos humanos e, conseqüentemente, contra a ditadura militar, foi o lançamento, em 1973, pela Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), do livreto de capa azul com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU. Com uma tiragem de aproximadamente 2 milhões de exemplares, o livreto foi amplamente distribuído, junto às comunidades cristãs e movimentos sociais de todo o país, colaborando para o fortalecimento de uma luta profundamente difícil contra o Leviatã da época.”²

1 Documento Direitos Humanos no Brasil, os avanços de uma caminhada. Cese - setembro/96.
Dermi Azevedo.

2 ---- idem





ESTADO DE SERGIPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

De 1979 em diante ampliou-se a luta pelos direitos humanos e a preocupação específica com os segmentos marginalizados da população. Tratava-se da luta pela conquista de direitos no plano socioeconômico e político-cultural, ou seja, dos direitos relativos à saúde, trabalho, moradia, educação etc. A partir daí também estava presente a defesa dos direitos do preso comum, contra o qual se dirigia todo aparato repressivo criado pelo regime militar.

Com relativo espaço de liberdade, muitas pessoas, desafiadas pela flagrante violação dos direitos da grande maioria da população, começaram a constituir grupos de denúncia denominados Centros de Defesa dos Direitos Humanos - CDDH's. Uns, a partir da união e organização solidária das lutas pelos oprimidos e marginalizados, outros se organizaram em paróquias e dioceses pôr iniciativa das pastorais. Caracterizavam-se pela autonomia em relação às instituições, inclusive a eclesial, embora mantendo íntima ligação com setores engajados das Igrejas.

Nas experiências desses coletivos, além das deficiências de infraestrutura, da pouca credibilidade e de certa discriminação por parte de setores dominantes da sociedade, outro obstáculo se fazia notar: a grande extensão territorial brasileira que dificultava o relacionamento entre as entidades, isolando e enfraquecendo a influência de suas reivindicações. Desmobilizadas, sentiam-se impotentes diante do poder e da organização dos opressores que, numa crescente escalada, institucionalizavam o desrespeito à vida. Era importante uma união para reforçar a luta comum. Tornava-se indispensável uma maior articulação entre os grupos que se empenhavam pela justiça na ótica dos espoliados, implicando questões de moradia, trabalho, saúde, violência policial, terra entre outras.

“Nesse contexto de transição e de fortalecimento da sociedade civil, foi criado o Movimento Nacional de Direitos Humanos, autodefinido como um “movimento civil, ecumênico e suprapartidário, que congrega, atualmente, centenas de entidades que lutam na defesa e promoção dos direitos humanos, ao lado dos despossuídos e marginalizados, contribuindo para o avanço da luta social na perspectiva da construção de uma sociedade democrática,





ESTADO DE SERGIPE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

pluralista e libertadora, com base na história e na cultura de cada povo."3

Ao longo dessas 4 décadas, o MNDH se consolidou como um dos mais atuantes movimentos em defesa dos Direitos Humanos do mundo ocidental, tendo segmentos de atuação em diversas pautas da sociedade: territorial, saúde, defesa da população negra, luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes etc.

Em Sergipe, seus militantes atuam também em diversas frentes e, na data de hoje, 05/12/2023, estão realizando um ato celebrativo aos 40 anos do movimento às 13hs:30min no Auditório da EMURB, em Aracaju.

Vida longa ao MNDH!!!

O TEXTO DA MOÇÃO DEVERÁ CONTER O SEGUINTE TEOR:

Estando evidenciados a relevância e o interesse público de que a matéria se reveste, a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas prerrogativas, atendendo a propositura da Deputada Linda Brasil Azevedo Santos, APLAUDE o Movimento Nacional de Direitos Humanos pelo ato celebrativo de seus 40 anos.

Palácio João Alves Filho, 05 de dezembro de 2023.

Linda Brasil Azevedo Santos
Deputada Estadual

3 ---- idem



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade> utilizando o identificador 390037003200300032003A005000

Assinado eletronicamente por **Linda Brasil** em **05/12/2023 09:35**

Checksum: **50726669608A600B9FE4F9DD83B0CE2F3747DCEA53D2DE4801890440EC46DD84**

